

CULTURA ESCRITA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX EM MINAS GERAIS: SUPORTES, INSTRUMENTOS E TEXTOS DE ALUNOS E PROFESSORES

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva* – UFMG

GT-10: Alfabetização, Leitura e Escrita

Agência Financiadora: CAPES

Na tentativa de conhecer os processos de seleção, aquisição e distribuição das cartilhas para alfabetização nas escolas mineiras temos utilizado outras fontes, além da análise material dos livros conservados. Nesse sentido nossas investigações têm incorporado dados encontrados no Fundo de Instrução Pública (FIP) do Arquivo Público Mineiro (APM) que se referem a pedidos, solicitação de livros e correspondências sobre envio de manuais escolares para as escolas mineiras por parte da Secretaria de Instrução Pública.

A busca de dados sobre livros acaba nos levando aos outros materiais e a outras questões de pesquisa. Se parte das correspondências nos serviu para pesquisar livros, encontramos, nas mesmas fontes, indícios para problematizar questões mais amplas referidas aos usos escolares da cultura escrita em Minas Gerais. Com esta nova problemática foi preciso voltar ao arquivo e, muitas vezes, aos mesmos documentos, buscando vestígios de outras materialidades envolvidas nas práticas de ler e escrever. Estamos também desenvolvendo uma pesquisa em mapas, pareceres e outros documentos do APM que possam indicar formas de escolarização e práticas desenvolvidas por professores e alunos em torno da escrita¹.

Neste trabalho serão analisadas como fontes algumas correspondências trocadas no período de 1883 a 1930, no âmbito da Província de Minas Gerais, na forma de pedidos de instrumentos e suportes relacionados às práticas de escrita. Para recuperar escrita de alunos e professores foram também utilizados dois catálogos de exposição produzidos pelo Museu da Escola, do Centro de Referência do Professor da Secretaria Estadual de Minas Gerais. Mapas produzidos por professores antes do último quartil do século XIX e estudos que abordam os registros escolares e normatizações, sobretudo os trabalhados por Inácio *et al* (2006)² são utilizados para compreender a

* Professora da graduação e pós-graduação da Faculdade de Educação da UFMG pesquisadora do CEALE (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita), da mesma universidade. Parte dos dados e da análise deste trabalho foi apresentada no Congresso Cultura Escrita, realizado na Universidad de Alcalá, em 2005. Algumas análises são fruto do estágio pós-doutoral, desenvolvido na FE-USP e INRP (França), com auxílios do CNPq e CAPES. Este texto também se utiliza de alguns dados de pesquisa financiada pela FAPEMIG e pelo CNPQ denominada Cartilhas escolares: ideários, práticas pedagógicas e editoriais. MG/RS/MT - 1834-1996 -, coordenada pela autora. Dentre outros estudos relacionados a este programa, consultar: Frade, Isabel Cristina Alves da Silva e MACIEL, Francisca Izabel Pereira (orgs.) . História da Alfabetização: produção, difusão e circulação de livros - MG/RS/MT - Séculos XIX e XX. Belo Horizonte. Faculdade de Educação/UFMG/CEALE/FAPEMIG/CNPq. 2006.

¹ Utilizamos o termo ensino da escrita, numa concepção mais ampla de cultura escrita e de sua escolarização, para designar tanto a utilização de suportes e instrumentos para escrever, como algumas habilidades de ler e escrever.

² INÁCIO, Marcilaine Soares, FARIA FILHO, Luciano Mendes, ROSA, Walquíria Miranda e SALES, Zeli Efigênia Santos de Sales. *Escola, Política e Cultura*. Belo Horizonte: MG. Argumentvm. 2006

institucionalização da escola e algumas formas de escolarização dos conteúdos da escrita.

A metodologia se concentra na análise do conteúdo de algumas correspondências referentes a pedidos de diferentes materiais escolares à diretoria de Instrução Pública da província de Minas Gerais. Os registros oficiais encontrados foram categorizados no sentido de dar visibilidade a um esboço de repertório de materiais relacionados ao uso da cultura escrita nas escolas. A partir dos materiais e de outras fontes, como escrita de alunos e mapas escolares, busca-se estabelecer algumas relações entre instrumentos e suportes de escrita que foram solicitados e a cultura escrita escolar do período. Mesmo observando a necessidade de muita cautela para analisar as fontes alguns pedidos também permitem inferir possíveis usos e conteúdos da escrita nas escolas. Os dados permitem explorar duas vias de análise: as possíveis escritas de alunos no período analisado e indícios da escrita burocrática e institucional produzida por professores.

Neste trabalho parte-se do mesmo pressuposto de Vidal(2005)³ que cita Anne-Marie Chartier e De Certeau para nos alertar sobre o perigo de acreditar que, a partir da observação dos objetos, podemos inferir seus usos e também para o risco de deduzir fazeres a partir do estudo dos objetos. O principal referencial teórico utilizado é fundado nos pressupostos da História Cultural que investiga aspectos relacionados a materialidades existentes na produção, circulação e distribuição da cultura escrita na sociedade⁴.

Algumas perguntas permitiram construir categorias para analisar os dados: o que o conteúdo das correspondências revela sobre o funcionamento da cultura escrita nas escolas mineiras no final do século XIX e início do século XX? Sobre a escrita de alunos: com que se escreve, em quais suportes e o que se escreve? Sobre a escrita de professores: que tipo de registro escrito produzem? Que funções cumprem esses registros?

Suportes e instrumentos para escrita

Inácio *et al*(2006:45) citam compêndio de Marink sobre o método mútuo, escrito em 1828, em que aparece a prescrição de determinados materiais didáticos relacionados às práticas de escrita: “*huma collecção de tabellas [...] canetas, pedras, pennas, lápis, papel, tinta, esponja*”. Muitas vezes, quando procuramos distinguir materiais e usos da escrita, buscando descobrir uma pedagogia da escrita, não devemos nos esquecer de que a própria escola se confunde com a escrita, atividade que ultrapassa o ensino deste objeto. Entre diferentes funções, a escrita pode ocupar um valor instrumental e a escola também pode se utilizar a escrita como forma de ocupação dos alunos, ou seja, como dispositivo disciplinar. Sendo assim precisamos ter em conta estas diversas funções cumpridas pela cultura escrita na escola, ao buscar distinguir seu lugar como componente do ensino e objeto a ser ensinado.

³ VIDAL, Diana. *Culturas escolares*. São Paulo. Autores Associados. 2005

⁴ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

Por outro lado, pode-se dizer ensino da leitura e da escrita na escola, no século XIX pode ter sido fortemente influenciado pela materialidade dos suportes e instrumentos. Citando Tanck de Estrada, Vidal e Gvirtz (1998) apontam que, na Nova Espanha, era reservado às crianças que já sabiam ler a tarefa de escrita e que crianças mais novas não podiam manusear a pena. Além disso papel era muito caro. Para este autor, apenas ao final do século XIX e início do século XX é que se pôde ensinar simultaneamente a leitura e a escrita, mediante o barateamento do papel. Anne Marie Chartier (2007:114)⁵ revela também que há relações entre suportes e instrumentos e o ensino simultâneo de leitura e escrita que começa a se consolidar na França entre 1860 a 1880.

Outra faceta que precisa ser dimensionada é a da força pedagógica dos métodos de ensino de cunho organizativo da classe que podem ter mais centralidade do que os conteúdos que se ensina. Os materiais relacionados à escrita podem ter valor específico, pela função organizativa que cumprem, daí não se pode tratar como equivalente a discussão sobre métodos de ensino e estratégias para ensinar a escrita.

Por outro lado, o uso de determinados suportes é que pode indicar níveis de trabalho com a escrita, conforme mapa de uma escola de ensino mútuo em São João Del Rey, registrado em 1827, citado por Inácio *et al* (2006:58). Neste mapa percebe-se claramente uma relação entre suporte e tipo de classe, embora não se saiba o que se escreve: *1ª classe: banco de areia; 2ª classe: escripturação em pedra; 3ª classe: dos adiantados que escrevem em papel.*

De acordo com os estudos de Inácio (op. cit.) os materiais pedidos até meados do século XIX parecem se ligar às normatizações relativas à implementação do ensino mútuo ou monitorial, que mediante a ajuda de monitores, visava ensinar diferentes conteúdos, a diferentes tipos de alunos, numa mesma classe e com um número elevado de alunos. Neste tipo de organização pretendido, os mesmos autores indicam que “cada matéria ensinada baseava-se em um programa preciso e organizado, distribuído em função das classes que compunham a escola” (P.45). Em seguida apresentam uma descrição de situações de escrita na primeira classe prescritas por Marink :

Trabalho da 1ª classe no banco

Defronte deste 1º banco se pendurará na frente do professor duas tabellas, com o alfabeto manuscrito de caracteres intelligíveis, e outra com os algarismos numéricos de 1 a 9 com a mesma circunstância.

O monitor desta classe logo que o professor manda principiar o trabalho levanta-se tomando um ponteiro se postará à frente do seu banco, e mostrando na tabella qualquer letra, v.g - a – dirá – formar a - , ficando com o ponteiro de maneira que os meninos a vejam.

Os meninos então, trazendo as mãos direitas sobre o taboleiro, com os pequenos ponteiros descreverão a letra designada; e se algum duvidar por onde deve principiar a forma-la, o monitor passando pela recta-guarda do banco lhe pegará a mão, e com vagar escreverá, a fim de que o menino outra vez não duvide a maneira de sua construcção.

⁵ CHARTIER, Anne-Marie. *Práticas de leitura e escrita: história e atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica. 2007.

Formada esta letra por todos os alumnos, o monitor perguntará ao primeiro menino o nome da letra que formou; se este não souber, perguntará ao segundo; no fim só no caso que todos ignorem, he que elle monitor a nomeará, e apoz disto destruirá a letra formada com o instrumento próprio, fazendo nesta ocasião os meninos retirar as mãos do taboleiro.

Concluída esta acção, mandará elle formar ou a mesma , ou outra qualquer letra. Com a mesma formalidade se descrevem os algarismos, guardando em toda a extensão as regras a cima referidas.

Se movimentos e tempos do ensino da escrita são semelhantes ao ensino da aritmética e se os sinais e apitos eram dados de forma ritmada para mudança de tarefa, o banco de areia e sua escrita efêmera era o único, nas prescrições de Marink, cuja escrituração dos alunos ia no ritmo determinado pelo ato de formar e destruir letras.

Por outro lado, sem que tenhamos acesso às apropriações, mas para além da prescrição, são os pedidos e envios que podem atestar a presença de instrumentos, suportes utilizados para escrever e ler no cotidiano escolar. Mediante estudos de uma cultura material escolar, indiciada em inventários de pedidos e remessas, podemos indagar sobre práticas que configuram uma cultura escolar, em geral, uma cultura escolar que se utiliza da escrita e uma cultura relacionada ao ensino da escrita.

Os estudos de Luciano Faria Filho⁶ sobre a construção de espaços e tempos escolares abordam a sua relação primeiramente com o método mútuo e, depois, com o método intuitivo e simultâneo, ressaltando que paralelamente à construção de espaços próprios, “a escola, sobretudo no final do século XIX, vai sendo invadida por um arsenal inovador de materiais didático-pedagógicos (quadros negros, lousas individuais, cadernos, livros...)” (p.146).

Em períodos posteriores vamos perceber uma diversificação dos materiais, uma relação entre bancos e método de ensino mútuo e entre carteiras e método de ensino simultâneo, além de uma crescente presença da cultura do livro impresso nos pedidos de professores e nas classes, sobretudo quando estas se tornam seriadas.

Nos pedidos reproduzidos a seguir o número bem maior e equivalente de pedidos de canetas e de lápis também indica uma apropriação mais individualizada de novos instrumentos pelos alunos, em relação ao que se pedia no último quartil do século XIX, apesar da permanência de pedido de lousas, carteiras e bancos que ainda estão presentes nas duas primeiras décadas do século XX. São pedidos muitos litros de tinta e caixas de pena e de canetas, mas ainda se demanda, simultaneamente, lápis para papel e lápis para lousa. A análise dos instrumentos de escrita (lápis para lousa, pena e lápis para papel) permite verificar que convivem também suportes de escrita reutilizáveis (lousa) e não reutilizáveis (caderno e papel), o que dá ao registro escrito escolar produzido pelos alunos, um caráter ora visível, ora efêmero.

. Grupo Escolar de Arassuahy.

⁶ Luciano Faria Filho. “Instrução elementar no século XIX”, em Eliane Teixeira Lopes et al. *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte. Autêntica. 2000. pp. 22-30

Relação dos Livros Didacticos e material escolar a que se refere o officio desta data.

5 Livros para ponto diario.

1 contador mêmico.

24 "Leitura Preparatoria" de F. Vianna

20 "Contos Patrios" de C. Netto e O. Bilac.

4 Caixas de Giz de Côr.

24 Litros de Tinta Preta.

200 Canetas.

200 Lapis pretos.

36 Lapis de côr.

50 Collecções de cadernos de letra vertical.

20 "cultura dos campos" de A. Brasil.

Secretaria do Interior (5 ou 7) de fevereiro de 1912

x.x.x.x.x.x

Remessa de Material Escolar "Para a Escola da Colonia Affonso Pena regida por D. Francisca F. Alves Costa

1 livro em branco para actos, termos de visita

1 caixa de penas

1 litro de tinta (...)

10.06.912

Gomes Horta

Inspector Escolar

x.x.x.x.x.x.

Remessa de material "Para a escola da Colonia Carlos Prates"

3 dusias de lapis de pedra

16 cadernos em branco para copia

36 cadernos de Calligraphia Americana, nº 1 e2

8 livros de leitura de Julia Lopes de Almeida

16 cartilhas analyticas de Francisco Vianna ou de Lindolpho Gomes.

Um mappa do estado de Minas.

A professora Maria da Conceição Britto

Visto 19-03-912

Gomes Horta

Uma aproximação com a escrita dos alunos

Comentando sobre as condições de difusão da escrita na França, a partir da primeira metade do século XIX, e sobre as grandes reformas que possibilitaram que o ler-escrever e contar fossem instrumento essencial de uma educação urbana ou rural pela escola, Jean Hébrard (2001:117) observa a necessidade de três fatores: mestres capazes de ensinar a escrita; um corpo de doutrina pedagógica e:

... enfim, os instrumentos que possam permitir a escolarização dessa aprendizagem que durante muito tempo foi artesanal, limitada à relação dual do mestre com o aprendiz: tal será o papel da ardósia e do quadro negro para os

iniciantes: ou do caderno para os que já têm a mão mais treinada; e também, a partir de 1860 o papel da pena metálica que libera mestres e alunos da servidão limitadora da pluma de ganso. (p. 117)

No Brasil, é necessário estudos que relacionem objetos, ideários pedagógicos e formação de professores para pensar a difusão da escrita, entretanto, pode-se dizer que ainda é difícil relacionar os objetos com a organização do ensino e com formação de professores num momento em que a própria escola começa a se institucionalizar. Sabendo da necessidade de cuidados nas afirmações sobre o uso de materiais, repertoriamos e analisamos, nesse tópico, instrumentos e suportes de escrita para alunos. Além disso abordamos algumas escritas localizadas em fontes secundárias. O quadro abaixo focaliza os suportes.

Quadro 1 - Suportes para escrita de alunos 1872/1918⁷

1872	Lousas
1911	Cadernos para desenhos
1918	Cadernos pautados 2 linhas Cadernos de papel Resma de papel almaço superior Resma de papel almaço inferior Cadernos de calligraphia Cadernos modelo de escrita vertical de Arthur Joviano Translados de calligraphia Livro de ponto para aluno Cadernos pautados Papel para desenho Folhas de papelão pardo Cadernos azuis número 2, em branco Cadernos de calligraphia Vianna. N. 0 a 6

A partir do quadro acima, podemos fazer a indagação: em diferentes períodos investigados, escrevia-se em quê? Os suportes para alunos permitem supor que muitas das práticas da escrita compreendem a disciplina do traçado, inferida pela presença de traslados e cadernos de caligrafia, além dos cadernos de desenho que supostamente preparam e aprimoram o gesto de escrita.

Folhas de papel almaço soltas – que talvez fossem mais propícias para o arquivamento do trabalho de alunos pelos professores - convivem com cadernos, que passam a substituir a lousa, mas não para todas situações de escrita.

No caso dos instrumentos, em 1918 ainda encontramos solicitações de boa quantidade de um instrumento de escrita: “lápiz para pedra de lousa”, que revelam certa

⁷ A suposição de que se trata de materiais destinados a alunos ocorre pelo número grande de pedido da mesma mercadoria, em contraponto com os números de unidades de suportes solicitados para a escrita burocrática escolar em número bem menor.

incipiência de suportes que dependem do papel e uma relação mais estreita entre pedagogia e materialidade que, por conseguinte, pode explicar a permanência da tradição de escrever em lousas. Sobre a presença de alguns desses suportes, Vidal e Gvirtz (1998:17) ressaltam:

No Brasil, as mesas de areia foram introduzidas na década de 1820 e utilizadas até o fim do século XIX, quando as ardósias pequenas para colocar sobre os joelhos passaram a freqüentar as escolas de primeiras letras, permanecendo estas em uso até a década de 10 do nosso século para as primeiras séries, nas grandes cidades, e até 1940 nas pequenas. Percebia-se a mesma preocupação qualitativa quanto ao uso do papel”

Precisamos de novas pesquisas para investigar que lugar ocupam determinados suportes em cada nível de ensino, para qual tipo de atividade estes são empregados, se trata-se de material de uso particular ou largamente adotado em certos períodos ou se sua utilização é mais tardia por conta de aspectos materiais envolvidos. Uma bom exemplo é o da presença/ausência de caderno e seus efeitos. O uso de um dispositivo gráfico como caderno escolar que condiciona modos de pensar e de organizar o saber escolar, nos modos descritos por Jean Hébrard (2001) e Anne-Marie Chartier (2007)⁸ parece não ter se consolidado no Brasil a partir do momento em que são primeiramente solicitados esses suportes. Uma fonte interessante é a presença de uma lousa nas páginas do livro de Felisberto de Carvalho até meados da década de 30 do século XX. Na versão reformulada por Epaminondas de Carvalho (Cabrini:1994)⁹ cuja carta dos editores consta de 1934, há uma justificativa da retirada da reprodução gráfica desse suporte, no chamado “exercício logográfico”, sob a alegação de que as lousas não são tão necessárias, uma vez que os cadernos já estão bem presentes nas escolas:

Sofreu ainda o livro uma modificação importante na parte material em vista da tendência, cada dia mais generalizada, para substituição de “lousas” escolares por cadernos, foram retirados os “Exercícios logográficos” em fundo preto, que acompanhavam cada lição e, em vez deles, incluíram-se modelos da caligrafia a serem copiados pelos alunos.

Para esses modelos, adotou-se a “caligrafia vertical” atualmente adotada pela maioria das escolas.

Rio de Janeiro, 1934

Os editores.

Fonte: Carvalho, Felisberto. Primeiro Livro de Leitura. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1955. 137ª Edição.

Podemos supor, pelo quadro 2, que há escritas de alunos registradas em “actas de exames” ou provas que devem constar em outros arquivos oficiais. Outros tipos de escrita podem ser inferidas do tipo de suporte solicitado, como registro de presença com

⁸ HÉBRARD, Jean. Por uma bibliografia material das escritas ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França – séculos XIX e XX). Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Autores Associados. 2001 e CHARTIER, Anne-Marie (op. Cit.)

⁹ CABRINI, Conceição Aparecida. Memória do livro didático. Os livros de leitura de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho. São Paulo: USP. Dissertação mestrado.1994

assinatura do próprio aluno, que precisam ser melhor investigados na consulta a arquivos escolares.

De outra forma, e numa análise da frequência e intensidade de pedidos o que significam tantas resmas de papel e tantos litros de tinta? Mais tempo de exercícios de escrita no cotidiano das escolas? Menos tempo para leitura? Se buscarmos uma relação entre estes pedidos e a presença/ausência de impressos ou materiais para a leitura, poderíamos dizer que os alunos passam mais tempo em atividades de escrita, no sentido da cópia, do que para atividades de leitura? Passam muito tempo a escrever porque se demora a aprender a ler? Escreve-se muito porque não há material para leitura?

Sobre a prática de escrever em cada um destes períodos, pode ser feita outra pergunta: escrevia-se o que? Amostras de escritas escolares cotidianas, produzidas por alunos podem ser localizadas em alguns acervos, mas grande parte delas ainda é de difícil acesso, uma vez que pode ter sido descartada pelos alunos ou conservada em espaços privados e domésticos.

Sobre outra indagação referente ao que se escreve e sobre alguns conteúdos sobre os quais se escreve, alguns materiais conservados de alunos permitem verificar o que se escrevia em 1886, por exemplo. No catálogo Museu da Escola em Minas Gerais (p.14)¹⁰, encontramos alguns exercícios manuscritos da mesma localidade em 1886: um exercício escrito de aluna, em folha, com vários tipos de letras do alfabeto e dois exercícios do mesmo aluno. O primeiro, em folha, com cópia de uma parte de um silabário: 1ª linha: *am, em, im, om, um*; 2ª linha: *bam, bem, bim, bom, bum*, totalizando 78 combinações com 17 consoantes diferentes. O segundo exercício do mesmo ano apresenta a escrita do alfabeto, pequenos textos, expressões como cidade, dia, mês e ano, todas numa mesma folha, que podem ter sido apenas copiadas, uma vez que o aluno treinava escrita de silabário no mesmo ano. Nessa perspectiva podemos designar a escrita escolar como cópia.

Não sabemos o modo de organização dos alunos e do ensino que gerou esse tipo de escrita, mas sabemos que se anuncia nesse período uma escola republicana. Investigações sobre a relação destes tipos de escrita com a organização do ensino mútuo ou em classes ordenadas por desempenho e idade que se consolidaram no início do século XX precisam ser aprofundadas para cruzar habilidades requeridas para cada tipo de aluno e a possível distribuição dos conteúdos de escrita.

Em 1887¹¹ aparece registro de cópia de oração com palavras divididas em sílabas e outro registro, onde se vê, numa mesma página, uma escrita aparentemente desordenada e sem lógica seqüencial com cópias de letras do alfabeto, de provérbios e de expressões típicas utilizadas em alguns gêneros textuais tais como: *Ilma Senra Maria [...] de Jesus*”, entre outras. Esse tipo de escrita parece se relacionar com a aquisição inicial de procedimentos de análise silábica e mais uma vez se misturam conteúdos como letras e expressões que parecem designar a mesma função para a escrita: a cópia.

Em caderno denominado “*Calligrafia vertical*” *Novo methodo de escripta por Phraseação, n. 5 (org. a Teixeira)*¹², do catálogo Museu da Escola de Minas Gerais, da aluna Hermínia Moreira, da cidade de Lavras, usado em 1912, foi registrado um texto

¹⁰ Catálogo do Museu da Escola de Minas Gerais. Centro de Referência do Professor/Governo de Minas. Belo Horizonte:1998

¹¹ Imagem apresentada no catálogo *Ler, escrever e contar. A história da alfabetização em Minas Gerais*. Museu da Escola/ Centro de Referência do Professor/Secretaria de Estado da Educação. Belo Horizonte: 2002

¹² Imagem do catálogo Museu da Escola de Minas Gerais... op. Cit.

descritivo, relacionado a uma gravura posicionada à esquerda da página, com todas as características do ensino intuitivo¹³ que põe foco em processos de descrição de objetos e estampas. Neste sentido encontramos três ordenamentos: um tipo de caligrafia¹⁴, um método de escrita por fraseação e o método intuitivo de ensino. Esta é uma forma de escolarização da escrita bem diferenciada daquela apresentada no final do século XIX e pode ser relacionada a um tipo de ensino que faz corresponder, a cada classe ou ano ou série, um conteúdo específico de escrita. Nele, a escrita parece não corresponder à cópia, uma vez que se trata da produção de uma descrição, sem modelo a ser consultado. Nesse caso também pode-se estabelecer a hipótese de uma etapa diferenciada da alfabetização.

Registro de 1914, de exercício manuscrito publicado em *Ler, escrever e contar* revela outras escritas relacionadas a uma espécie de ensino cívico. Nele se registram várias cópias da mesma frase: *Bello Horizonte é a mais bella de todas as cidades de Minas*. Nessa escrita, o exercício caligráfico se junta ao valor do que se escreve. Não é preciso apenas aprender a copiar, mas copiar algo que é necessário para outros conteúdos.

Uma constatação interessante é que, em 1925, estão mais presentes os pedidos de livros para alunos do que de outros instrumentos ou de suportes de escrita. Ainda são demandados lousas, cadernos escolares e cadernos de caligrafia, mas em menor número e não se pode deduzir daí que eles tenham sido menos utilizados no cotidiano da escola. Por isto, ao cruzar os dados que demonstram uma redução de pedidos destes suportes ao Fundo de Instrução com dados que indicam uma intensificação de uma escrita contábil e financeira da própria escola, podemos indagar: teriam sido transferidas as responsabilidades de compra de material consumível para as famílias ou teriam se disseminado as práticas de recolhimento de recursos, por cada caixa escolar, para compra e distribuição mais autônoma de materiais como cadernos e lápis? O uso do impresso, teria de alguma forma, subtraído um tempo de leitura ao tempo da escrita manuscrita?

Uma aproximação com a escrita de professores e outros atores

No intuito de focalizar a escrita de professores e outros atores envolvidos na escola temos um conjunto variado de dados: a) estudos que permitem compreender conteúdo de algumas escritas (Gouveia:2003 e Inácio *et al* (2006), dados que ajudam a analisar sua materialidade e textualidade, tais como os próprios escritos encontrados no APM ou fontes secundárias como catálogo e, em terceiro lugar, dados que se baseiam apenas na análise das denominações do material de escrita solicitado em forma de listas.

¹³ VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de Coisas: concepção científica e projeto. *Cadernos CEDES*, ano XIX, n. 52, novembro 2000. P.74/87

¹⁴ Um estudo específico sobre caligrafia no Brasil e sua relação com objetos e materiais pode ser consultado em VIDAL, Diana & GVIRTZ, Silvina. (op. cit.)

Estudo de Maria Cristina Soares de Gouvea¹⁵ (2003) em torno de dispositivos de registros escolares tais como mapas de frequência, produzidos depois de 1850, indica que neles eram registradas informações sobre comportamento e aprendizagem dos alunos, de maneira objetiva e por uma designação feita através de termos como “bom”, “mau” e “péssimo”. Em suas pesquisas também foram encontradas observações mais livres e pessoais que alguns professores registravam nestes mapas. No entanto, a autora observa que “na maioria dos registros os professores buscavam conferir visibilidade à questão da frequência escolar, elemento central para o funcionamento da escola, mais que o aproveitamento individual do aluno” (p.213).

Pesquisas de Inácio *et all* (2006) abordam a institucionalização da instrução pública e os conteúdos mais gerais dos registros nos dão pistas sobre a história da alfabetização e sobre práticas de escrita escolar. Pesquisas que temos empreendido no Arquivo Público Mineiro que implicam contato direto com vários mapas nos possibilitam verificar a materialidade, a forma e conteúdo. Sobre forma e conteúdo verificamos que o formato dos mapas é manuscrito, mas há vários padrões na forma de preenchimento em determinados períodos. Para os professores o registro é feito em folhas soltas, mas há mapas de inspetores com registro em forma de “caderno” com dados impressos.

Sobre a forma e conteúdos dos mapas podemos citar alguns exemplos. No documento *Mapas de Alunas que frequentão a minha Aula de 1^{as} letras no 4^o, 3 no do anno de 1837*¹⁶, assinado por D. Beatriz Francisca de Assis Brandão, “professora Publica desta I.C.do Ouro Preto” que, em outro parecer que atesta sua competência, aparece como habilitada a trabalhar com o ensino mútuo, encontramos informações objetivas sobre nomes, número e idade dos alunos que variava entre 4 e 17 anos, nomes de seus pais e faltas. A coluna de observação utiliza-se de categorias as mais variadas. Sobre menções a categorias ligadas a conteúdo aprendido prevalecem informações sobre o desempenho em escrita e apenas uma menciona “contar”: *Lê, escreve alguma cousa..* (11 anos), *Le, escreve sofrivelmente* (7 anos), *Soletra e escreve* (7 anos), *Soletra e forma letras* (6 anos), *Entrou adiantada em ler, escrever e contas* (17 anos),

Em outro mapa dos alunos, do ano de 1866, aparece uma delimitação do período de entrada do aluno e algumas informações, como por exemplo: veio com princípios de leitura, e está continuando, ou ainda, veio com princípio de leitura, e escrita, foi aperfeiçoando em Gram. Port.; Francez e se acha no 3^o ano de Latim.

Em mapa trimestral da frequência dos alunos da aula pública de Instrução Primária Elementar, de 1868, constam dados sobre a idade do aluno, sua frequência e falhas, descrição do seu comportamento, por exemplo, *tem sido exemplar nas aulas* e observações específicas sobre alguns conteúdos escolares:

está lendo sofrivelmente; escreve minúsculas com notável desembaraço; faz as quatro operações Arithiméticas; está bem adiantado em doutrina; Não sabe as

¹⁵ Maria Cristina Soares de Gouvea. A escolarização da meninice nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno em Cyntia G. Veiga e Thais N. L. de Fonseca. *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

¹⁶ Referência: Instrução Pública/ Provas e Pareceres/ Ouro Preto IP 3/3 Caixa 11 1830-51

...materias,por que ellas estão seguidas ao exame do Professor; . Tem um talento raro

Mas a análise denominações feitas nos pedidos pode mostrar algumas tendências interessantes. Do ponto de vista das pistas sobre escritas de professores, diretores e outros atores convém ressaltar que verificamos, desde 1885, a solicitação de suportes e instrumentos – além dos livros impressos para leitura - que revelam aspectos da própria institucionalização da escola e da escrita burocrática escolar. Em muitas correspondências encontramos - nem sempre na mesma proporção em que se pede instrumentos e suportes para alunos - uma demanda freqüente de materiais para escrita manuscrita de professores. Abaixo os tipos de materiais mais solicitados encontrados entre pedidos, reclamações, autorização para compra, recibos, inventários e orçamentos do comércio:

Quadro 2 - Suportes para escrita profissional e burocrática de professores e outros atores da escola - 1885/1926

1885	Livro em branco para matrícula
1878	Actas de exames
1911	Boletim escolar Ponto diário Actas Livro para protocolo geral
1918	Livro de ponto diário Livro para escrituração Livro de matrícula Livro em branco Boletins escolares Boletins mensais Livros de visitas Actas de exames Ponto diário de pessoal Livro da Biblioteca Mapas de matrícula Termos de compromisso Livro de caixa escolar Diploma de aprovação em exame final Diploma de curso primário Livro de inventário Livro de termo de posse e compromisso Cadernos de aula

1924/1925/1926	Livros de matrícula Livros servidor de ponto diário Diários de classe Livro de entrada e saída de professores Boletim diário Compromisso e termo de posse Livro de conta para obras Termos de visita de particulares Receita de despesas de caixa Livros de sócio da caixa Livros para entrada e saída dos empregados Livros impressos para mappas Folhas de papel para mappa de frequência Folhas de papel para mappa de matrícula Folhas de papel para boletim mensal Folhas de papel para distribuição de classes Quadros murais para o ensino de Língua Pátria Quadros murais para o ensino de Arithimética Quadros murais para o ensino de Geografia Quadros murais para o ensino de História Pátria Quadros murais para o ensino de Geometria Quadros murais para o ensino de História Natural
----------------	---

Estas listas demonstram que a escola se institucionaliza junto com as formas de registro escrito que correspondem a cada época. No final do século XIX, livros de matrícula e actas de exames, ambos documentos comprobatórios da entrada e desempenho dos alunos. No final da primeira década do século XX, encontramos pedidos de materiais relacionados ao registro funcional de quem trabalha na escola, destacando-se o livro de ponto e os termos de compromisso. Sobre o registro acadêmico verificamos uma série de documentos comprobatórios da realização de controles e avaliação internos (os exames e a certificação de sua realização e os documentos de divulgação pública dos resultados) e registro de dados numéricos sobre alunos. Na dimensão dos recursos, verifica-se um tipo de contabilidade escolar que abarca o registro de materiais disponíveis e talvez a utilização de fundos para a caixa escolar. Apenas o livro de biblioteca indica um uso de apontamentos sobre empréstimos, a presença da idéia de biblioteca como espaço diferenciado e outras possibilidades de usos da leitura.

O suporte livro em branco e o pedido de cadernos de aula, por outro lado, talvez anuncie a utilização de escritas de carácter didático-pedagógico como planos de aula ou registros de impressões sobre determinadas práticas em sala de aula, mas precisamos descobrir estas fontes para investir na análise da forma e do conteúdo destes textos. Além disso, e como não poderia deixar de ser, tendo em vista o controle de inspeção das escolas, parece que os diversos documentos burocráticos eram construídos mais para se tornar objeto de análise de agentes externos do que para fins pedagógicos, uma vez que vão deixar suas impressões em termos de visita e levar informações para o governo sobre o funcionamento dos estabelecimentos. O aumento e a diversidade de

pedidos, encontrados entre 1911 e 1918, revelam como vão se destacando sub-categorias de suportes para dar sustentação à escrita da escola. Estes suportes e suas conseqüentes escritas podem ser pensados em vários aspectos do controle e da normatização: o pedagógico, o financeiro, o estatístico e o avaliativo. De fato, constatamos que os profissionais envolvidos também demandam, desde o final do século XIX e em vários de seus pedidos, os regulamentos, regimentos e legislações que vão condicionar suas próprias escritas.

Uma descrição cada vez mais apurada de suportes de escrita, na década de 20, mostra que os tipos de escrita funcionais continuam e que é preciso administrar mais alunos e empregados, além de registrar outras ações, tais como a compra de materiais para reforma física dos prédios e ainda contabilizar dados financeiros específicos para caixa escolar. Nessa modalidade não só se registram gastos, mas é preciso acompanhar a criação de sociedades de auxílio à escola e sua necessária administração. Outro indício permite ver que os registros escritos se tornam mais intensos, em termos de intervalos de tempo, pela idéia de boletim diário. Por outro lado, aparecem terminologias que revelam a criação de novos instrumentos e vocabulários pedagógicos como mapas de classe, mapas de frequência e de distribuição de classes, além de murais para disciplinas diversas: estas são marcas de uma tentativa de instaurar uma escola “moderna” condizente com as reformas educacionais. De fato, os professores se tornam competentes em realizar registros que lhes são demandados e parecem escrever muito.

De outra forma, se em correspondência anterior, de 1877, já se demandava “resma de papel lithographado para officio” na década de 20 as escolas pedem que sejam enviados materiais num modelo impresso, prontos para o preenchimento, o que revela dois aspectos: de um lado a produção editorial voltada para a instituição escolar e de outro a construção de dispositivos padronizados de registro que auxiliam controle do trabalho dos professores e da escola pelo governo.

Diário de classe produzido por um professor em 1927¹⁷ em Minas Gerais, já aponta aspectos mais detalhados da escolarização dos conteúdos. Não se trata mais de informar se um aluno é ou não freqüente, ou o que cada um sabe dos rudimentos da escrita ou da aritmética, mas prestar contas sobre como os professores dividem o tempo na sala de aula, se há correspondência entre os métodos de alfabetização e o que é prescrito em um corpo pedagógico de doutrinas.

Diário de classe¹⁸			
Quarta-feira, 04 de maio de 1927			
Disciplinas	Pontos a tratar	Meios intuitivos	Observações do inspetor regional
Leitura	Sentenças no quadro	Analytico	

¹⁷ Diário de classe da professora Irene de Paula Magalhães, da coleção Luiza de Azevedo Meyer, reproduzido em Museu da Escola/Centro de Referência do Professor. Secretaria de Estado da Educação. Ler, escrever e contar. A história da alfabetização em Minas Gerais.

¹⁸ Diário de classe reproduzido no livro *Ler, escrever e contar. A história da alfabetização em Minas Gerais*. (op. cit.) Os pontos em negrito são impressos e as letras não negritadas representam o preenchimento manuscrito do professor.

Arith.	Exercícios sobre soma	Lição concretizada	
Escrepta	Em lousas	Com modelo para cópia	
L. Pátria	Formação de sentenças orais		
Leitura	Recapitulação da 1ª aula	Analytico	

Pode-se constatar que se entrelaçam, no mesmo suporte, formulários impressos com tópicos fixos a serem preenchidos com a escrita manuscrita do professor. Esta escrita pode ser voltada para um tipo específico de burocracia escolar, mas também testemunha sobre um conhecimento pedagógico que organiza a própria ação cotidiana em classe

Considerações finais

Este estudo pretendeu contribuir para lançar algumas indagações sobre o papel dos materiais escolares relacionados à escrita seu significado na constituição de um primeiro momento da institucionalização da escola mineira.

Juntamente com a demanda pela maior circulação de livros, que passa a ocupar grande parte das listas de pedidos no final do século XIX e início do século XX, também se constitui uma outra cultura a ela associada: a do manuseio de materiais que constituem gestos e destrezas necessárias para o exercício físico da escrita e de uma escrita realizada por crianças na escola: uma escrita cada vez mais pedagogizada.

Os dados tratados nesse trabalho concentram final do século XIX e início do século XX, mas estudos complementares sobre um outro conjunto de fontes, como os mapas de freqüência e de relatórios de delegados e inspetores podem ajudar a compreender o que se entendia por leitura e escrita e o que se praticava com estes suportes e instrumentos em cada período. Tendo como foco a institucionalização da escola mineira, Inácio *et all* (op. cit) revelam a natureza de alguns destes registros, no período correspondente ao início do século XIX até a década de 50 do mesmo século. Do ponto de vista dos estudos sobre a história da alfabetização temos desenvolvido uma pesquisa de mapas desde o início do século XIX para pensar um tipo de genealogia das formas de ler e escrever que antecederam o período mais focalizado nesse trabalho.

A partir de determinado período, quando os livros didáticos passam a ser objetos necessários para a construção de formas escolares baseadas no impresso, é preciso analisar a dependência da escrita manuscrita escolar ao que é ditado pelos impressos ou por novos métodos que contam com o fato de que algumas materialidades já estejam resolvidas: seja pela popularização e mudança de suportes e instrumentos de escrita, seja pelo preço do papel, seja porque se transferiu para as famílias a tarefa de suprir seus filhos com materiais pedagógicos de uso individual. Resta saber até que ponto estas mudanças injetam mais força nas atividades cotidianas de leitura e na implementação de uma cultura que equilibra a utilização do impresso em relação ao uso do manuscrito.

Alguns dados amostrais organizados por período indiciam também para um processo de institucionalização crescente da própria escola mineira, do ponto de vista do que é exigido dos professores sob a forma de registros. Do ponto de vista de práticas de

escrita profissional de professores, se encontramos registros de natureza obrigatória, como mapas de frequência, percebemos que estes registros vão ganhando complexidade no sentido do que se escreve, para quem e para que se escreve, no período investigado.